

FASCISMO E CORPORATIVISMO NA AMÉRICA LATINA: OS CASOS DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA E DA *UNIÓN REVOLUCIONARIA*¹

FASCISM AND CORPORATISM IN LATIN AMERICA: THE CASES OF BRAZILIAN INTEGRALIST ACTION AND REVOLUTIONARY UNION

LEANDRO PEREIRA GONÇALVES²
GABRIELA SANTI PACHECO³
MILENE DO CARMO GOMES⁴
TAMIRES DE MOURA NOGUEIRA ROSA⁵

DOI:

ENVIADO EM: JUNE 14, 2023

APROVADO EM: SEPTEMBER, 5, 2023

RESUMO

A pesquisa investiga os projetos de Estado fascistas a partir do corporativismo na América Latina, na década de 1930. Tem-se como campo analítico os partidos fascistas de maior sucesso eleitoral e político: no Brasil, a Ação Integralista Brasileira (AIB), e no Peru, a *Unión Revolucionaria* (UR). Apesar da não institucionalização dos

¹ Este artigo é resultado do projeto “Integralismo e o “Estado Integral”: um projeto de Estado corporativo”, desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas para Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq).

² Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com atuação no Programa de Pós-Graduação em História. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e Pesquisador FAPEMIG. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e com pós-doutoramento pela Universidad Nacional de Córdoba (Centro de Estudios Avanzados/Argentina). Membro do Conselho Administrativo da International Association for Comparative Fascist Studies (ComFas). Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) e Coordenador da Rede de investigação, Direitas, História e Memória. E-mail: leandro.goncalves@ufjf.br

³ Doutoranda em Estudos Contemporâneos no Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS20 da Universidade de Coimbra. Mestra em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), e bacharela em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É investigadora associada e secretária da Rede de investigação Direitas, História e Memória, além de integrar a International Association for Comparative Fascist Studies - ComFas e o História da Ditadura. E-mail: gabriela.pacheco@uc.pt

⁴ Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas para Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). E-mail: milenegomes645@gmail.com

⁵ Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas para Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) e secretária da Rede de investigação Direitas, História e Memória. E-mail: tamnrosa@gmail.com

movimentos enquanto regimes e de suas configurações autóctones e particulares, tais organizações são analisadas por meio da circulação de ideias fascizantes através da imprensa. O artigo propõe examinar aproximações e distanciamentos das propostas corporativistas em um viés transnacional. Conclui-se, que, ainda que houvesse a partilha de referenciais teóricos, cada movimento dialogava com seu contexto específico, incorporando aspectos de sua realidade sociopolítica.

Palavras-chave: Ação Integralista Brasileira. Unión Revolucionaria. Corporativismo. Fascismo. América Latina.

ABSTRACT

This research investigates the fascist State projects based on corporatism in Latin America in the 1930s. The analytical field is the most successful electoral and political fascist parties: in Brazil, the Brazilian Integralist Action (*Ação Integralista Brasileira* – AIB), and in Peru, the Revolutionary Union (*Unión Revolucionaria* – UR). Despite the non-institutionalization of the movements as regimes and their autochthonous and particular configurations, these organizations are analyzed based on the circulation of fascist ideas in the press. The article proposes to examine agreements and disagreements between corporatist proposals in a transnational perspective. In conclusion, even though there was a sharing of theoretical references, each movement dialogued with its specific context, incorporating aspects of its sociopolitical reality.

Keywords: Brazilian Integralist Action. Revolutionary Union. Corporatism. Fascism. Latin America.

1 INTRODUÇÃO

O fascismo é uma ideologia política notadamente transnacional, isto é, apresenta expressões para além das fronteiras de um único espaço geopolítico. Na América Latina, na primeira metade do século XX, o fenômeno pode ser percebido através dos casos do Brasil, com a Ação Integralista Brasileira (AIB), e do Peru, com a *Unión Revolucionaria* (UR), partidos fascistas de maior sucesso eleitoral e político (PINTO, 2021). Nesse contexto, a circularidade de ideias fascizantes auxiliou na difusão de uma nova projeção acerca da construção do Estado, pautada por um modelo de representação político-social corporativista e autoritário. Assim, foi por meio do corporativismo que a AIB e a UR estabeleceram seus quadros teóricos sobre o almejado Estado fascista (PINTO, 2021).

No Brasil, os anos de 1920 e 1930 foram marcados por transformações incisivas na política. O período pós-guerra reorientou as bases da Primeira República no plano estrutural e ideológico, e abriu espaço para o surgimento de

movimentos políticos diversos, tendo em vista as conjecturas políticas de efervescência no cenário nacional (BENTO; PACHECO, 2022). Nesse sentido, há a ascensão de uma cultura política autoritária⁶, da qual os integralistas são os maiores representantes em termos de pensamento e de *praxis* política fascista (FAUSTO, 2001). Para Trindade (1979), o integralismo foi uma resposta à crise da Primeira República e às revoluções do início dos anos 1930, estando mais vinculado às questões políticas e culturais do que socioeconômicas.

A participação do jornalista e escritor Plínio Salgado na Semana de Arte Moderna de 1922, ancorada ao movimento verde-amarelismo, bem como o encontro com Benito Mussolini em 1930, na capital da Itália fascista, indicam a simpatia ao extremismo de direita. No seu retorno ao Brasil, Salgado se insere na intelectualidade conservadora e autoritária do jornal *A Razão*, articulando um projeto que estabelece a criação da Sociedade dos Estudos Políticos (SEP), no início de 1932. Desse modo, em 7 de outubro de 1932 foi fundada a AIB, fundamentada pelo *Manifesto de Outubro*, que defendia a família conservadora, “bem como um Estado de tipo fascista, o Estado Integral.” (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020, p. 15).

A AIB foi o maior movimento fascista⁷ com êxito na América Latina e o primeiro partido de massas do Brasil. Sua estrutura ideológica era burocrática, hierárquica e totalitária, tendo como pilares o nacionalismo, o anticomunismo, o antiliberalismo, o anticapitalismo internacional, o corporativismo e a exaltação de valores autoritários, espirituais e tradicionalistas⁸ (TRINDADE, 1979). Em 1935, a AIB tornou-se um partido político, visando fins eleitorais e, em 1937, foi extinta após a instauração do Estado Novo pelo presidente Getúlio Vargas.

No Peru, a trajetória da UR inicia-se no contexto eleitoral de 1931. Após a Revolução de Arequipa em 1930, uma *Junta de Gobierno militar* foi instalada em meio ao cenário de crise (CONTRERAS; CUETO, 2013). O então coronel Luís Miguel Sánchez Cerro, que participou da Revolução e do início da *Junta de*

⁶ Cf. Bernstein, 2009.

⁷ O fascismo pode ser entendido como uma cultura política alternativa que, antes de se converter em força política, estabelece-se como um fenômeno cultural (STERNHELL, 1994). Além disso, operamos a partir do viés transnacional e transatlântico (GRECCO, GONÇALVES, 2022).

⁸ No aspecto simbólico, a AIB era representada pelo sigma (Σ) e pelas “camisas-verdes”, além do lema “Deus, Pátria e Família” e da saudação “Anauê!”. Ademais, o movimento fazia uso da imprensa como mecanismo central de divulgação da doutrina, tendo jornais com circulação nacional, regional e nuclear. Os integralistas constituíram a maior organização de imprensa político-partidária da História do Brasil. (OLIVEIRA, 2009).

Gobierno militar, funda o UR e candidata-se à Presidência da República. Nesse pleito, também participou Víctor Raúl Haya de La Torre, líder da *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA), com um projeto anti-imperialista e revolucionário⁹. Ao vencer as eleições, Sánchez Cerro instala um governo de caráter nacionalista e autoritário (MORALES, 2004).

Com o assassinato de Sánchez Cerro em abril de 1933, os rumos da política peruana são alterados. Óscar Benavides, então chefe do exército, foi proclamado Presidente Constitucional da República, enquanto Luís Alberto Flores tornou-se a nova liderança da UR. Com essa mudança no comando do partido, adota-se o modelo fascista como o ideal a ser seguido. A partir disso, são proeminentes as milícias de camisas pretas, o aprofundamento do nacionalismo, o caráter anti-aprocomunista¹⁰ e as proposições em torno de um Estado Corporativo (MORALES, 2004). Em 1936, Flores alcança o segundo lugar nas eleições presidenciais, que são invalidadas por Benavides, o qual se mantém no poder até 1939. Nesse contexto, a UR é colocada na ilegalidade devido a uma falha tentativa de golpe, desarticulando o partido.

Diante de tal cenário, este texto busca identificar e discutir as reverberações dos projetos corporativistas e fascistas na América Latina na década de 1930. Mais especificamente, focamo-nos nas proposições da AIB, no Brasil, e da UR, no Peru. Para isso, mobilizamos periódicos, além de obras literárias e estatutos, como o principal material empírico. Adotamos a perspectiva transnacional tendo em vista a sua potencialidade em examinar processos históricos que transcendem aos espaços geopolíticos da nação, almejando, com isso, compreender as aproximações e os distanciamentos entre as ideias em trânsito no período (WEINSTEIN, 2013).

2 PROJETOS CORPORATIVISTAS: AIB E UR

⁹ Garaycochea (1976) apresenta os principais desdobramentos de sua tese sobre a formação do movimento político fundado por Haya de La Torre, desde 1919 até 1945.

¹⁰ Nas fontes históricas, encontramos o termo “aprocomunismo”, que denota o forte antagonismo entre a UR, a APRA e o Partido Comunista Peruano. Todavia, sublinha-se que a APRA e o Partido Comunista Peruano seguem linhas ideológicas distintas.

No início do século XX, observa-se a emergência do corporativismo como um modelo de representação social e política, que se colocava em contraposição tanto ao socialismo quanto à democracia liberal. Com isso, sua permeabilidade é identificada nas principais famílias políticas da direita conservadora e autoritária, principalmente no período entreguerras (PINTO, 2021). Sendo um fenômeno com certo grau de variabilidade institucional e com amplo campo de circulação de ideias e práticas, António Costa Pinto afirma que

[...] o corporativismo esteve na vanguarda deste processo de difusão transnacional de instituições autoritárias na América Latina, como uma forma de cooptação de interesses pelo estado e também como um modelo autoritário de representação política, capaz de ser uma alternativa às democracias liberais. (PINTO, 2021, p. 18).

Dessa forma, ao tipificar o corporativismo como uma forma de representação de interesses, é possível traçar um quadro analítico através de algumas categorias. Philippe Schmitter (1992) entende o corporativismo social como um sistema de representação cujas unidades constitutivas são organizadas em um número limitado de categorias, que são caracterizadas como singulares, compulsórias, não concorrentes e hierárquicas. O Estado, ao reconhecer e autorizar tais espaços de representação, espera, em contrapartida, ter o apoio para a manutenção da ordem social e política.

Em busca de uma distinção, o corporativismo político é descrito como um sistema que visa substituir o modelo eleitoral - centrado no indivíduo - pela representação política baseada em uma perspectiva orgânica-estatista (SCHMITTER, 1992). Isto é, os órgãos legislativos ou consultivos do poder executivo, sejam eles principais e/ou complementares, são formados a partir das unidades “orgânicas” (famílias, associações, organizações profissionais, etc.).

Ademais, o corporativismo econômico sublinha a busca pela superação do Estado liberal através de uma transformação compulsiva desse modelo econômico. Visa-se a conciliação entre os interesses individuais de certa profissão e um suposto interesse coletivo. Assim, mobiliza-se a dimensão do organicismo e da contraposição entre o *homo corporativus*, guiado pelo interesse nacional e por valores comuns, e o *homo economicus*, fruto do liberalismo (GARRIDO, 2016).

Destaca-se, desde os fins do século XIX, as influências da Igreja Católica na defesa do corporativismo. No entanto, existiam distinções entre tais propostas

e os modelos adotados pelos partidos fascistas nas décadas de 1920 e 1930 (PINTO, 2021). É crucial ter a percepção das variações doutrinárias desses fenômenos, à medida que, ao serem vistos em movimento, revelam-se como produtos de processos políticos e sociais distintos e que, portanto, geram articulações de poder diversas (SCHMITTER, 1992).

A partir disso, Gonçalves e Caldeira Neto (2019) apontam que embora o integralismo tivesse uma força intelectualizante, o pensamento não era homogêneo, havendo particularidades entre a tríade chefia integralista, representada por Miguel Reale, Gustavo Barroso e Plínio Salgado, sobretudo no que concerne ao corporativismo de Estado. Apesar da concordância de que a composição política do movimento estivesse presente de forma latente no pensamento de Salgado, havia disputas em torno das proposições doutrinárias (GONÇALVES, 2018). A formação profissional e os papéis sociais distintos exercidos por cada um influenciaram projeções heterogêneas vinculadas à estrutura do Estado. Assim, ainda que houvesse um discurso de harmonia orgânica, no seio do movimento existiam diversidades de produções a respeito do “Estado Integral” em maior ou menor destaque.

Miguel Reale foi considerado o principal intelectual do movimento, dedicando-se à elaboração e à sistematização teórica do “Estado Integral” (TANAGINO, 2018). Desse modo, Reale foi o principal intérprete sobre as questões teóricas da estrutura do Estado, sendo o chefe da Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos da AIB (BENTO; PACHECO, 2022). Com teor nacional-corporativo, o estado realeano pode ser observado nas obras *O Estado Moderno* (1934), *O Capitalismo Internacional* (1935) e *ABC do Integralismo* (1935), e ainda, na revista intelectual *Panorama: Coletânea do Pensamento Novo*, dirigida por Reale (PACHECO, 2021).

Em uma matéria publicada no jornal integralista *A Offensiva*, Reale (1935) propõe pensar o corporativismo integralista para além das corporações econômicas (como é no fascismo italiano). O “Estado Integral” é projetado a partir de um estado super-econômico, orientador e fiscalizador. Segundo Gonçalves e Caldeira Neto (2019, p. 215), o integralismo realeano pressupõe que o indivíduo “só é plenamente compreendido enquanto devidamente organizado nos sindicatos, nas corporações e em suas decorrentes representações políticas (por meio das câmaras corporativas)”. A partir do organicismo, seu corporativismo teria

operância ao desarticular o domínio do coronelismo, dos partidos e dos estados federados através de um Estado autoritário corporativista, o qual promove um *welfare autoritário* que implica na relação entre capital e trabalho, visualizada na democracia liberal capitalista (TANAGINO, 2018).

Gustavo Barroso se pautava no antissemitismo de forma radical e conspiratória, culpabilizando a influência judaica no Brasil no sentido econômico. As questões étnico-raciais não possuíam centralidade no antissemitismo barrosiano, mas, sim, o vínculo entre judaísmo e capitalismo internacional (MAIO, 1992). Na obra *O Integralismo e o mundo* (1936), Barroso mostra a diversidade dos fascismos pelo mundo, com ênfase, em um primeiro momento, em Alemanha, Itália, Áustria e Portugal, em termos dos respectivos Estados fascistas corporativos (BARROSO, 1938, p. 9). O integralista conclui que, a partir da unidade da pátria e do espírito da brasilidade, o “Estado Integralista” combate os judeus porque combate os racismos e o exclusivismo racial, haja vista que estes seriam “os mais irredutíveis racistas do mundo”. (VIEIRA, 2012, p. 67).

Para Plínio Salgado, o “chefe nacional” da AIB, o “Estado Integral” estaria pautado em projeções doutrinárias e espiritualistas. A revolução buscava a instituição de um modelo corporativista, o qual teria como cerne o combate ao materialismo (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2019). *A Offensiva* indica que:

Sem dúvida alguma, está na concepção espiritualista do Universo e do Homem, o contraste primordial entre o Integralismo e o materialismo burguês ou comunista. De tal modo, estava o meio brasileiro predisposto a receber o sentido integral do novo Movimento que todos se uniram, e pelo amor e pelo respeito, pelo ideal de uma Pátria forte e livre e pelo impulso criador de um tipo de homem honrado e consciente [...] (DA SILVA, 1936, p. 4).

Para Gonçalves e Caldeira Neto (2019), a revolução espiritual integralista tinha como aspecto central a organização de uma sociedade corporativista, autoritária e radical, a partir dos preceitos do cristianismo e de um discurso pautado na chave “Deus, Pátria e Família”. Embora, muitas vezes, o pensamento integralista fizesse menção a Igreja Católica, o movimento atingia outros grupos religiosos, como espíritas e protestantes. A proposta de Salgado almejava a aproximação entre o integralismo e o corporativismo espiritual de matriz católica, subsidiado pela Doutrina Social da Igreja (DSI). Ainda que houvesse divergências entre a Igreja Católica e o integralismo, a relação recíproca prevaleceu, muito em

função da circularidade comum de ideias, como anticomunismo, corporativismo, antiliberalismo, além de outros pensamentos convergentes. Assim, o “Estado Integral” de Salgado estabeleceria um regime político-social baseado na doutrina nacional-corporativa e na ordem da cooperação espiritual cristã, assentada sobre as bases sindicais corporativas (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2019).

Por conseguinte, podemos observar um panorama de circulação de ideias corporativistas vinculadas à Igreja Católica, sobretudo no que diz respeito à encíclica papal *Rerum Novarum* (1891), emitida pelo papa Leão XII, que apresenta uma síntese da DSI, pautada em um discurso anti-materialista cristão de resolução das problemáticas sociais (GONÇALVES, 2012). Também de cunho corporativista, a encíclica papal *Quadragesimo Anno* (1931), emitida pelo papa Pio XI, retomava as posições acerca dos operários e do capitalismo defendidas na *Rerum Novarum* (1891) (BENTO; PACHECO, 2022).

À vista disso, *A Offensiva* aponta um trecho da *Quadragesimo Anno* (1931) em suas páginas, comentado por Alberto B. Cotrim Neto.

O Estado reconhece juridicamente (refere-se ele ao sistema corporativo consagrado por essa “espacial organização sindical corporativa” - a italiana) o sindicato, sem caráter de monopólio, conquanto que somente esse sindicato reconhecido possa representar aos obreiros e aos patrões, respectivamente, e somente ele possa firmar contratos de trabalho. [...] As corporações que se constituem por representantes de trabalhadores e patrões da mesma arte e profissão, conquanto verdadeiros e próprios órgãos do Estado, dirigem os sindicatos nas coisas de interesse comum. A greve está proibida; e se as partes não podem pôr-se de acordo, intervém o juiz. Basta um pouco de reflexão [...] para ver-se as vantagens desta organização, ainda que a tenhamos descrito muito sumariamente. (COTRIM NETO, 1937, p. 9-12).

É possível compreender a notoriedade do espiritualismo na constituição do ideário corporativista, o qual se estabelece como aspecto chave na gênese do “Estado Integral”. O periódico apresenta a narrativa da *Quadragesimo Anno* (1931) em virtude da centralidade e da convergência de princípios inseridos no seio do conservadorismo católico, que dialogam piamente com a defesa da organização estatal com bases corporativas, promovendo a reorganização da sociedade.

De forma semelhante, ao voltarmos-nos para a análise da imprensa peruana, encontramos uma série de indícios que apontam para a circulação de ideias corporativistas no período. Ainda no ano de 1932, sob o governo de Sánchez Cerro, discute-se, nas páginas do jornal *La Opinión*, sobre as relações

do capital e do trabalho através da moral cristã. O autor do artigo discorre sobre as formas de encarar o amplo contexto de crise vivenciado, afirmando que

El remedio está y él vendrá, cuando los financistas, los gobiernos, los ricos y los proletarios vean la luz económica a través de la límpida, de la diáfana lente del Ideal Cristiano. [...] La lucha se entabla, repito, por el desconocimiento de las enseñanzas del Maestro Supremo, que dictó para todos los tiempos y siguen siendo cátedra abierta a todas las edades; ratificadas ayer en la carta magna de los obreros, por el célebre León XIII, denominada “Rerum Novarum”; confirmadas y ampliadas hoy por el reinante Pío XI, en dos recientes encíclicas en su deseo de llamar la atención al Mundo [...] (GUIULFO, 1932, p. 8).¹¹

Nesse trecho, o ideal católico guia a narrativa, que busca compreender e resolver as questões que envolvem a crise econômica e do trabalho. São evocadas as proposições dos líderes católicos Leão XIII e Pio XI. Além disso, posto que, nesse momento, a UR ainda não se definia explicitamente como um partido fascista e corporativista - mas que já demonstrava um caráter autoritário e nacionalista -, retomamos a afirmação de Pinto (2021, p. 33), ao dizer que “o catolicismo social antecipou a difusão do corporativismo na América Latina”¹².

No que concerne ao fascismo brasileiro, a dimensão do trabalho está ancorada às bases corporativistas de um “Estado Integral”, que buscava a suposta inserção dos trabalhadores na sua organização. Nas páginas de *A Offensiva*, observa-se: “o sindicalismo só preenche os seus fins próprios quando continuado até o corporativismo, onde se agrupam todas as feições dos sindicalistas [...] ganham unidade e harmonia as questões sociais da Pátria” (Syndicalismo..., 1935, p. 8). A este respeito, são estabelecidas corporações, que seriam órgãos oficiais que inserem os representantes de diferentes profissões de uma mesma área de produção (TANAGINO, 2018)¹³.

No Peru, o periódico *Acción*, órgão da UR, publica um quadro intitulado *Del Ideário de La “Unión Revolucionaria”*. São expostos nove pontos centrais, como

¹¹ O remédio está aí e virá, quando os financistas, os governos, os ricos e os proletários enxergarem a luz econômica através das lentes límpidas e diáfanas do Ideal Cristão. [...] A luta é iniciada, repito, por desconhecimento dos ensinamentos do Mestre Supremo, que ditou para sempre e continua sendo uma cátedra aberta a todas as idades; ratificada ontem na carta magna dos trabalhadores, pelo célebre Leão XIII, chamada “Rerum Novarum”; confirmado e ampliado hoje pelo reinante Pio XI, em duas recentes encíclicas em seu desejo de chamar a atenção do Mundo [...]. (GUIULFO, 1932, p. 8, tradução nossa).

¹² Contreras e Cueto (2013) também denotam a emergência de uma tônica espiritualista no panorama intelectual e filosófico peruano no início do século XX.

¹³ Segundo Tanagino (2018), os sindicatos seriam submetidos às corporações e estas ao Partido Único, visando findar com o pluripartidarismo em favor de um partido regime-integralista.

educação, nacionalismo, organização hierárquica do partido e garantia dos direitos dos trabalhadores: “7. - Garantizar al obrero el derecho a la vida cómoda, con salario equivalente a su trabajo, con la protección a la familia numerosa y con el auxilio ininterrumpido a las instituciones defensoras del incremento de la familia.” (Del ideario..., 1934, p. 1)¹⁴. Visualizando esse recorte no contexto mais amplo de difusão dos ideais corporativistas, verifica-se um diálogo voltado para as camadas populares e trabalhadoras, que protagonizaram o alcance multitudinário da UR, através de clubes e comitês (MORALES, 2004).

Outro aspecto veiculado nas páginas do jornal *Crisol* diz respeito à noção de democracia mobilizada pela UR. O ensaio discorre, a partir de uma filosofia da história, sobre os caminhos percorridos desde a formação do universo até a formulação teórica do fascismo, passando pelas proposições de Karl Marx, pela Grande Guerra e suas decorrências no período subsequente. Ao final do ensaio, afirma-se: “‘Todo en el Estado, nada fuera del Estado, nada contra el Estado’, tal es la concepción del Estado fascista. Nueva concepción de la Democracia” (Y.P., 1934, p. 4)¹⁵. Com a frase de Benito Mussolini, destaca-se a centralidade do Estado para o fascismo, ao mesmo tempo em que a ideia de democracia é lida em uma perspectiva corporativista e autoritária.

Plínio Salgado, líder da AIB, também recorre a elementos históricos para esboçar um futuro corporativista. Na obra *A Quarta Humanidade* (1934), a filosofia da história integralista é trabalhada a fim de projetar a revolução espiritualista que formaria essa nova humanidade. Esse projeto, centrado na América Latina, almejava “a implantação de Estados Integralistas em cada uma das nações do Continente” (SALGADO, 1934, p. 79). Com isso, visualiza-se a existência de um projeto que se inicia no Brasil, mas cujos objetivos não se restringem a essa nação. Além disso, evidencia-se que a quarta humanidade “[...] viria com o processo revolucionário integral para a implementação de um modelo corporativo de estado” (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2019, p. 220).

Na obra *O Estado Moderno* (1934), Miguel Reale propõe pensar o conceito de “democracia” de forma apropriada e ressignificada. A partir das noções de

¹⁴ “7. - Garantir ao trabalhador o direito à vida cômoda, com salário equivalente a seu trabalho, com a proteção da família numerosa e com o auxílio ininterrupto das instituições defensoras do incremento da família.” (Del ideario..., 1934, p.1, tradução nossa).

¹⁵ “‘Tudo no Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado’, tal é a concepção do Estado fascista. Nova concepção de Democracia” (Y.P., 1934, p. 4, tradução nossa).

“democracia integral” e “orgânica”, Reale viabiliza formas de respeito à pessoa humana, relativizando seus direitos individuais, civis e políticos, sempre que há confronto entre Estado e indivíduo, havendo, portanto, a soberania do “Estado Integral” autoritário (TANAGINO, 2018). Em Pacheco (2021) encontramos, a partir da análise da revista intelectual do integralismo, a *Panorama*, que a defesa do ideal democrático não exclui a ordem, disciplina e hierarquia, mas, sim, fortalece a dimensão corporativista que se insere na chave de um sistema orgânico-autoritário.

Há, portanto, a elaboração de um discurso, tanto na intelectualidade brasileira como peruana, em torno da defesa de um organicismo em que o todo absorve as partes, ordenando-se a partir de princípios corporativos. Ou seja, a “democracia” defendida por eles não pode ser compreendida segundo a conceituação clássica de democracia, mas, sim, por meio de uma apropriação e resignificação do conceito (PACHECO, 2021).

Diante disso, com propostas de Estado corporativos e autoritários, os fascismos, no campo intelectual, rebelavam-se contra os sistemas estabelecidos: liberalismo, marxismo, positivismo e democracia (TANAGINO, 2018). A partir das dimensões nacionalista e revolucionária, os movimentos fascistas visavam transformar a sociedade em busca de um novo ideal, permeado pelo culto ao líder, pela militarização e corporativização da sociedade (GRIFFIN, 2013). Apesar do integralismo ter buscado influência no fascismo italiano, sobretudo nas manifestações externas, tais como uniforme, símbolo, desfiles e esquema organizatório (VIEIRA, 1978), e no conteúdo revolucionário nacionalista, com base sindical-corporativa, pautada nos princípios de um Estado forte e da solidariedade social, Trindade (1979, p. 261) indica que “A originalidade reivindicada pelo integralismo é de ser, enquanto movimento e doutrina, mais “espiritualista do que vitalista”. Nesse sentido, no que se refere à construção do “Estado Integral”, encontramos em *A Offensiva* a seguinte narrativa:

O corporativismo que pregamos não deve ser confundido com o que existe na Itália, Alemanha e Portugal. Esses países, como demonstrou Mihail Manoilescu (*Le siècle du Corporativisme*)¹⁶ aplicaram o

¹⁶ Em *Le siècle du Corporativisme* (1934), Mihail Manoilescu aponta que o século XX seria o século do corporativismo, tal como o século XIX foi o século do liberalismo. O livro foi traduzido para o português em 1938 por Azevedo Amaral, sendo publicado pela editora José Olympio como *O século do corporativismo*.

corporativismo econômico. Neles, apenas esses interesses estão representados (“). Nós queremos o corporativismo integral, em que são representadas também as corporações não econômicas, como as Igrejas, o Exército, as sociedades artísticas e as científicas [...]. (COTRIM NETO, 1935, p. 5).

É perceptível que a AIB, ainda que cultivasse relações amistosas com movimentos congêneres europeus, buscava explicitar certa originalidade na formação ideológica do integralismo e de seus objetivos na construção de uma nova sociedade. Por outro lado, na imprensa peruana, há indícios da compreensão do fascismo, e de sua expressão corporativista, como um fenômeno universal, capaz de resolver as dificuldades enfrentadas pelas nações. Assim, “para conseguir la solución satisfactoria de sus problemas dentro de sus propios medios, [las naciones] adoptan los métodos del nacionalismo fascista, lo que demuestra y prueba la universalidad del fascismo” (SHAVEDRA, 1934, p. 2)¹⁷. Para o cenário político peruano, encontramos a seguinte proposição:

[...] vemos en el escenario nacional 16 partidos políticos de los cuales solamente dos tiene arraigo popular la “UNION REVOLUCIONARIA” y el “PARTIDO APRISTA”, el que se ampara en decir lo contrario es un impostar de la verdad: el uno mantiene el estandarte de la revolución de Arequipa, habiendo modificado radicalmente su estructura, estando conforme con la evolución de los tiempos; es resueltamente Fascista; el otro preconiza la lucha de clases, enarbola la bandera de la rebelión, y su caracter es esencialmente comunista (LEÓN A, 1936, p. 3)¹⁸.

Assim, há o entendimento de que a UR seja o representante do fascismo no país, que, em certa medida, reflete as disputas do mundo ocidental em torno do fascismo e do comunismo. Desse modo, ao contrário do que é perceptível na análise do integralismo brasileiro, a UR, ainda que incorpore dimensões autóctones, vê-se filiada mais diretamente ao fascismo como um fenômeno universal do que enquanto uma expressão notadamente peruana.

¹⁷ a fim de alcançar uma solução satisfatória para seus problemas dentro de seus próprios meios, adotam os métodos do nacionalismo fascista, que demonstra e comprova a universalidade do fascismo. (SHAVEDRA, 1934, p. 2, tradução nossa).

¹⁸ [...] vemos 16 partidos políticos no cenário nacional, dos quais apenas dois têm raízes populares, a "UNIÃO REVOLUCIONÁRIA" e o "PARTIDO APRISTA", quem afirma o contrário é um impostor da verdade: aquele mantém a bandeira da revolução de Arequipa, tendo modificado radicalmente sua estrutura, acompanhando a evolução dos tempos; ele é resolutamente fascista; o outro defende a luta de classes, levanta a bandeira da rebelião e seu caráter é essencialmente comunista. (León A, 1936, p. 3, tradução nossa).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, discorremos sobre os movimentos de aproximação e distanciamento entre as dimensões corporativistas de dois partidos fascistas latino-americanos: a AIB e a UR. Primeiramente, verificou-se que as influências da DSI e do corporativismo católico circulam pelos contextos brasileiro e peruano, ainda que existam diferenças das propostas abertamente fascistas. Além disso, a compreensão do mundo do trabalho é ancorada em bases corporativistas nos dois casos, evidenciando a busca pela cooptação das classes trabalhadoras. Tanto no Brasil como no Peru, visualiza-se uma apropriação da ideia de democracia em um sentido ressignificado pelo viés corporativista e autoritário. Porém, encontram-se diferenciações entre os cenários analisados, à medida que, enquanto a UR vê-se inscrita em um “fascismo universal”, contrapondo-se à APRA, a AIB propõe um projeto integralista, forjado por Salgado, Reale e Barroso.

Diante disso, o viés transnacional auxilia-nos a investigar o amplo campo de circulação de modelos corporativos. Ainda que, até o momento, não tenha sido verificado um diálogo direto e constante entre AIB e UR, a análise transnacional possibilita a investigação da circulação de ideias corporativistas entre os movimentos, indicando a partilha dos referenciais teóricos apresentados. Tais considerações não esgotam a temática, cujas discussões transcendem a este escrito. Por fim, destaca-se a ampla mobilização social das organizações políticas investigadas, que, embora não tenham se estabelecido como regimes, denotam a presença dos fascismos na América Latina na década de 1930.

REFERÊNCIAS

Fontes

BARROSO, Gustavo. Crítica do corporativismo. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, n. 688, 07 jan. 1938, p. 9.

COTRIM NETO, Alberto B. Corporativismo Integral e Democracia. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, n. 81, 30 nov. 1935, p. 5.

COTRIM NETO, Alberto B. Pio XI e o corporativismo italiano (um trecho da encyclica “Quadragesimo Anno”). **A Offensiva**, Rio de Janeiro, n. 431, 07 mar. 1937, p. 9-12

DA SILVA, Ferreira. Do Congresso pró-estado leigo ao espiritualismo do Estado Integral. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, n. 335, 12 nov. 1936, p. 4).

Del ideario de la Unión Revolucionaria. **Acción**, Lima, n. 52, 18 mar. 1934, p. 1.

GUIULFO, Abel Suárez. El capital y el trabajo a la luz de la moral cristiana. **La Opinión**, Lima, n. 375, 13 ago. 1932, p. 8.

LEÓN A, D. H. La vorágine política y los partidos en el Perú. **La Batalla**, Lima, n. 8, 25 mar. 1936, p. 3.

Manoilescu, Mihail. **Le siècle du corporatisme: doctrine du corporatisme integral et pur**. Paris: Félix Alcan, 1934.

REALE, Miguel. **O Estado moderno: liberalismo, fascismo e integralismo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

REALE, Miguel. O corporativismo integralista. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, n. 65, 10 ago. 1935, p.1.

SALGADO, Plínio. **A Quarta Humanidade**. Livraria José Olympio. 1934. 184 p.

SHAVEDRA, M. Por el criterio realista con que enfoca y resuelve los problemas sociales, el Fascismo es ya un movimiento universal. **Crisol**, n. 3, 30 abril 1934, p. 2.

Syndicalismo Corporativista. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, n. 51, 04 mai. 1935, p. 8.

Y.P. Luchas del Capital y el Trabajo desde Karl Marx hasta nuestros días. **Crisol**, n. 4, 06 maio 1934, p. 2-4.

Bibliografia

BENTO, Alice Lazzarini; PACHECO, Gabriela Santi. Fascismo, catolicismo e corporativismo. **Faces da História**, Assis/SP, v.9, n.2, p.90-112, jul./dez.2022.

BERNSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Batista; KNAUSS, Paulo (orgs.). **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos. **Historia del Perú contemporáneo: desde las luchas por la independencia hasta el presente**. 5ª ed. Instituto de Estudios peruanos, 2013.

FAUSTO, Boris. **O pensamento Nacionalista Autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GARRIDO, Álvaro. O corporativismo na História e nas Ciências Sociais—uma reflexão crítica partindo do caso português. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 2, p. 387-408, 2016.

GARAYCOCHEA, Percy. **Historia del APRA, 1919-1945**. ED Valenzuela, 1976.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal**: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado**: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. O corporativismo e a tríade integralista. In: ABREU, Luciano Aronne de; VANNUCCHI, Marco Aurélio (org.). **Corporativismos ibéricos e latino-americanos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019. p. 209-238.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes**: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GRECCO, Gabriela de Lima; GONÇALVES, Leandro Pereira. (orgs.). **Fascismos iberoamericanos**. Madrid: Alianza Editorial, 2022.

GRIFFIN, Roger. **The nature of Fascism**. Routledge, 2013.

MAIO, Marcos Chor. **Nem Rotschild nem Trotsky**. O pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MORALES, Tirso A. M.. **La Unión Revolucionaria 1931-1939**: una aproximación a la historia del fascismo en el Perú. Tese (Magister en Historia) - Escuela de Graduados, Pontifícia Universidad Católica del Perú. Lima, 2004, 709 p.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)**. 2009. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PACHECO, Gabriela Santi. **Panorama e o projeto integralista**: uma análise da revista intelectual. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

PINTO, António Costa. **A América Latina na era do fascismo**. Editora da PUCRS, 2021. 155 p.

SCHMITTER, Philippe. ¿ Continúa el siglo del corporativismo?. **Neocorporativismo**. Más allá del Estado y el mercado, v. 1, 1992.

STHENRELL, Zeev. SZNAJDER, Mario; ASHERI, Maia. **El nacimiento de la ideología fascista**. Madrid: Siglo XXI, 1994.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. **A síntese integral**: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939). 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro da década de 30. 2. ed. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. **Em busca do sigma**: estudo sobre o pensamento político de Plínio Salgado às vésperas da fundação da AIB. 1978. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1978.

VIERA, Newton Colombo de Deus. **Além de Gustavo Barroso**: o antissemitismo na Ação Integralista Brasileira (1932-1937). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

WEINSTEIN, Bárbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 14, p. 10-31, 2013.